



EM COMUNICADO, DIREÇÃO IRRESPONSÁVEL DA ELETROBRAS MENTE COPIOSAMENTE SOBRE DEMISSÕES E APAGÃO

Na sexta (01/09), o Ministro Alexandre Agra Belmonte, do Tribunal Superior do Trabalho, decidiu suspender por 15 dias o Plano de Demissão Voluntária (PDV) de 2023 da Eletrobras. As entidades de representação orientam os empregados cujas demissões não foram homologadas a comparecer em seus locais de trabalho. E, se for necessário, procurem seus sindicatos.

Agra Belmonte também considerou os ofícios em que o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, demonstrou preocupação com os planos de ação da Eletrobras e com os desligamentos, frente ao risco de novas panes no sistema ou apagões como o de 15/08/2023.

Duas horas antes da decisão do Ministro do TST, a direção irresponsável da Eletrobras seguiu o seu padrão: decidiu por Comunicado ao Mercado tratar assuntos delicados como as demissões em massa na empresa e o apagão de 15/08 com uma grande guerra de narrativas. Nesse caso, a gestão 3G de Lemann da Eletrobras mente copiosamente sobre a realidade dos fatos, omite dados, camufla afirmações e tenta transparecer uma sensação de segurança e controle da situação que simplesmente não existe!

Nada é capaz de trazer a direção 3G de Lemann na Eletrobras privada para o campo da racionalidade e do bom senso. Pedidos do Presidente da República Eleito, ofícios do próprio Ministério das Minas e Energia, nem mesmo um apagão nacional, onde a Eletrobras teve decisiva responsabilidade, foram capazes de trazer a direção da empresa à razão. Foi preciso o bom senso do Ministro Agra Belmonte para frear a irresponsabilidade que tomou conta dos prepostos da 3G.

Preocupada com resultados econômicos medíocres e perspectivas de mercado nada animadoras, a direção da Eletrobras enxerga como única oportunidade para aumentar os lucros, a redução de custos e para isso, só veem uma saída. Demitir sem planejamento e avaliação de consequências.

Ao mesmo tempo em que se auto beneficiam com remunerações milionárias, os membros da alta

cúpula da Eletrobras propõem a redução de salários e benefícios dos que, efetivamente, trabalham para construir essa empresa. Ao mesmo tempo em que criam 17 diretorias, essa gente joga fora a memória técnica de uma empresa construída ao longo de mais de 60 anos.

Em mais um gesto de desrespeito com o poder concedente e maior acionista da Empresa, a Eletrobras, ao invés de atender ao pedido do MME e suspender as demissões, preferiu emitir um comunicado ao mercado em que, descaradamente, mentiu mais uma vez para a sociedade.

Já no primeiro ofício de 20/07, enviado à Direção da Eletrobras, para além de pedir a suspensão das demissões em massa na empresa, o Ministério de Minas e Energia externando preocupação enquanto poder concedente e maior acionista da empresa, solicitou "(I) de plano de ação para a manutenção da prestação do serviço adequado de energia elétrica, nas suas diversas áreas de atuação, considerando o potencial impacto do quadro de trabalhadores que farão adesão ao PDV e (II) de plano de investimentos para os próximos anos nos segmentos de geração e transmissão, com os devidos esclarecimentos de como sua execução será possível sem essa força de trabalho".

Qual o motivo de a direção mentirosa e irresponsável da Eletrobras ignorar o pedido do Ministério solenemente? Simples: se estivessem realmente seguros do que estão fazendo teriam prestado as informações solicitadas. Infelizmente, a Eletrobras virou um trem desgovernado.

E isso fica ainda mais claro no comunicado do dia 1º de setembro, onde a empresa afirmou que "a decisão de desligamento se deu após avaliação da criticidade das funções desempenhadas pelos trabalhadores desligados e em plena observância da segurança das operações da Companhia". Mentira! Foram demitidos empregados da área operacional, inclusive por questões de perseguição política.

No mesmo comunicado a alta cúpula da empresa afirma que já contratou 102 novos empregados e contratará mais 730 até o final desse ano. Tal afirmação só demonstra o total desconhecimento da



COLETIVO NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS

atual direção com relação ao negócio em que a empresa atua. Não se transmite o conhecimento acumulado em décadas de trabalho em equipamentos complexos, como os ativos do setor elétrico, em dinâmicas de coach.

O grupo que ocupa a direção da Eletrobras é basicamente o mesmo da época dos governos Temer e Bolsonaro. Tiveram muito tempo para renovar a força de trabalho da empresa e fazer um processo de transferência de conhecimento sério e seguro. Ao invés disso, preferiram deixar a empresa minguar, demitir como se não houvesse amanhã, desinvestir para encher o caixa, desconsiderando completamente o estado operacional degradado de muitas das instalações das nossas empresas.

Para completar, a direção da Eletrobras tenta tirar o corpo fora de sua responsabilidade pelo apagão do dia 15 de agosto.

O famigerado comunicado ao mercado ainda diz que “especificamente com relação à perturbação havida em 15/08/2023, as avaliações preliminares do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS já permitiram concluir que a extensão do evento se deveu à instabilidade verificada no Sistema Interligado Nacional - SIN, a qual se instaurou por razões diversas”.

Sobre essa afirmativa é bom lembrar que a Eletrobras é responsável por 40% das linhas de transmissão do país e mais de 2/3 das principais subestações, além de operar praticamente todas as grandes hidrelétricas das regiões Norte e Nordeste. Essas subestações e hidrelétricas são as instalações mais críticas para garantir robustez ao SIN.

O relatório preliminar do ONS sobre a perturbação do dia 15/08 traz algumas conclusões que, pelo visto, a direção da Eletrobras não leu ou se leu, como de costume, ignorou. Vamos lá:

- 1) *Com relação à CHESF, além do evento inicial da perturbação, na linha de 500 kV Fortaleza – Quixadá, houve também dificuldade de reestabelecimento da UHE Sobradinho.*
- 2) *Com relação à Eletronorte, a “UHE Tucuruí não assumiu o controle de frequência, conforme estabelecido nas instruções”, nas usinas do Amazonas houve demora na partida das máquinas. Também houve problemas no telecomando da UHE Coaracy Nunes no Amapá e “Falta de preparação das subestações” nos estados do Acre e Rondônia. A situação da Eletronorte, aliás, é tão crítica, que, mesmo a falha tendo acontecido no Ceará, foi nos estados da região Norte, onde o apagão foi mais severo e onde o sistema mais demorou para ser recomposto.*

Por fim, o ONS elencou algumas situações que dificultaram a recomposição, dentre elas:

1. *Muitas solicitações de orientação nas ações de restabelecimento que deveriam ser fluentes;*
2. *Muitas subestações não foram preparadas para recomposição pelos agentes;*
3. *Falha de supervisão em diversas instalações;*
4. *Falha na teleassistência dos agentes;*
5. *Necessidade de deslocamento de operadores para as instalações;*
6. *Falha em canais de comunicação com os agentes;*
7. *Necessidade de uso de canais de comunicação alternativos não supervisionados (telefones celulares);*
8. *Demora para atendimento às solicitações do ONS (tomada de carga, preparação de subestação, energização de linha, etc);*
9. *Restabelecimento de cargas desligadas pelo ERAC antes da estabilização da frequência em 60 Hz.*

É inevitável que muitos, se não a maioria, desses problemas elencados pelo ONS tenha se dado em instalações do grupo Eletrobras.

Evidente também que o fator humano está diretamente relacionado com essas dificuldades. Nessas horas pesam as demissões, o péssimo clima organizacional estabelecido pela política da mentira, medo e ódio do VP de Gente e seus asseclas.

O Ministro Agra Belmonte, provavelmente nem precisou ler o relatório do ONS para concluir que só mesmo muita irresponsabilidade para não interromper um processo de demissão em massa após um apagão como o do dia 15 de agosto.

Para todos nós, que dedicamos nossas vidas a essa empresa, é revoltante ver os rumos da Eletrobras e do setor elétrico brasileiro entregues a gafanhotos preocupados apenas em dividendos e mega remunerações.

O próprio novo presidente da empresa disse aos empregados que precisará de uns 10 anos para conhecer a Eletrobras e o setor. E até lá? Seguiremos com alto risco de apagão pagando salário milionário a um estagiário de luxo?

O TST está fazendo sua parte pela segurança energética do país, cabe agora ao STF julgar a ADI 7385 o mais rápido possível. Tirar essa gente do controle da Eletrobras é uma questão de SEGURANÇA NACIONAL.

Não vamos dar as costas ao Brasil! Nós do CNE resistiremos! Tem luta!

